

CINEMÁTICA DAS CHAMAS! UMA LEITURA FÍLMICA DE TERRA EM CINZAS E A CRISE AMBIENTAL NO BRASIL: ESTRATÉGIAS, REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DESAFIOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS

THE KINEMATICS OF FLAMES! A FILMIC READING OF TERRA EM CINZAS AND THE ENVIRONMENTAL CRISIS IN BRAZIL: STRATEGIES, DEFORESTATION REDUCTION AND CHALLENGES IN COMBATING CRIMINAL FIRES

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.045-014>

Pedro Paulo Almeida Martins

Mestrando em Educação pelo Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Bacharel em Direito pela Faculdade Católica de Rondônia- FCR e graduando em Ciências Sociais na Unir, Bibliotecário, tecnólogo em Gestão pública: Especialista em Gestão Pública, metodologia do ensino superior em Língua Portuguesa, Biblioteconomia e MBA em Governança e Gestão Administrativa. Bibliotecário Documentalista, Bibliotecário Documentalista Reitoria Abib/Proen do Instituto Federal de Rondônia

E-mail: pedro.martins@ifro.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3490-8784>

RESUMO

O artigo analisa a crise ambiental brasileira, focando nos incêndios criminosos de 2024, através de uma leitura fílmica do documentário "Terra em Cinzas: O Brasil em Chamas em 2024". A produção é examinada como um artefato sensorial e crítico que, por meio de imagens devastadoras, depoimentos emocionantes e análise política, denuncia a magnitude da destruição, as falhas nas políticas públicas e a conexão dos incêndios com interesses econômicos, como o agronegócio ilegal e a grilagem de terras. Paralelamente, o texto apresenta dados contraditórios: enquanto há uma redução do desmatamento em 2025 (11,08% na Amazônia), registra-se uma escalada alarmante das queimadas criminosas em 2024, exemplificada pelo aumento de 189% nos focos em Rondônia. Essa dualidade revela uma mudança tática na degradação, onde o fogo passa a ser um vetor complementar de destruição. A resposta estatal, principalmente através da Polícia Federal, envolve investigações com tecnologia avançada (satélites) e uma medida coordenada dos estados da Amazônia Legal: a suspensão das autorizações para queima controlada. No entanto, o artigo aponta que as ações meramente repressivas e regulatórias são insuficientes, enfrentando desafios como a escassez de recursos, a impunidade e a morosidade judicial. Como solução estrutural, defende-se a educação ambiental crítica e interdisciplinar como pilar fundamental. A conclusão é que superar a crise exige uma abordagem integrada, combinando repressão qualificada, políticas de transição econômica sustentável e um amplo projeto de conscientização da sociedade, convocação esta que o próprio documentário realiza de forma urgente.

Palavras-chave: Incêndios Criminosos; Redução do Desmatamento; Educação Ambiental.

ABSTRACT

The article analyzes the Brazilian environmental crisis, focusing on the criminal fires of 2024, through a filmic reading of the documentary "Terra em Cinzas: O Brasil em Chamas em 2024". The production is examined as a sensory and critical artifact that, through devastating imagery, moving testimonies, and political analysis, denounces the magnitude of the destruction, the failures in public policies, and the connection between the fires and economic interests, such as illegal agribusiness and land grabbing. Simultaneously, the text presents contradictory data: while there is a reduction in deforestation in 2025 (11.08% in the Amazon), there is an alarming escalation of criminal fires in 2024, exemplified by a 189% increase in fire hotspots in Rondônia. This duality reveals a tactical shift in degradation, where fire becomes a complementary vector of destruction. The state response, primarily through the Federal Police, involves investigations with advanced technology (satellites) and a coordinated measure by the states of the Legal Amazon: the suspension of authorizations for controlled burning. However, the article points out that purely repressive and regulatory actions are insufficient, facing challenges such as a lack of resources, impunity, and judicial delays. As a structural solution, it advocates for critical and interdisciplinary environmental education as a fundamental pillar. The conclusion is that overcoming the crisis requires an integrated approach, combining qualified repression, sustainable economic transition policies, and a broad project of societal awareness—a call to action that the documentary itself urgently makes.

Keywords: Criminal Fires; Deforestation Reduction; Environmental Education.

1 INTRODUÇÃO

Os incêndios criminosos têm se tornado uma das maiores ameaças à preservação ambiental no Brasil, especialmente no contexto de 2024, um ano marcado por uma intensificação das queimadas ilegais que devastaram ecossistemas vitais e agravaram a crise climática. Esse cenário catastrófico é explorado no documentário "Terra em Cinzas: O Brasil em Chamas em 2024", que não apenas denuncia a magnitude da destruição, mas também traz à tona as falhas nas políticas públicas e nos esforços de fiscalização.

A produção cinematográfica utiliza uma abordagem sensorial intensa, com imagens impactantes de florestas queimadas, acompanhadas por depoimentos emocionantes de brigadistas e vítimas dos incêndios, para evidenciar o custo humano e ambiental dessa tragédia.

A análise do filme é complementada por uma reflexão sobre as estratégias adotadas pela Polícia Federal (PF) no combate a esses incêndios criminosos. Com o aumento alarmante das queimadas ilegais, a

PF tem intensificado suas investigações, utilizando tecnologias avançadas, como imagens de satélite e inteligência artificial, para identificar os responsáveis e mitigar os impactos ambientais.

A cooperação entre diferentes órgãos federais e estaduais tem sido essencial para a eficácia dessas operações, mas as lacunas na legislação e a aplicação inadequada das políticas públicas ainda representam desafios significativos. O documentário, portanto, não se limita a expor os danos ambientais, mas também convoca o espectador a refletir sobre as causas profundas dessa crise, que envolvem interesses econômicos como o agronegócio ilegal e a grilagem de terras.

Neste contexto, a narrativa do documentário ganha relevância ao mostrar como esses incêndios, impulsionados por fatores como o desmatamento ilegal e a especulação imobiliária, colocam em risco não apenas a biodiversidade, mas também a saúde pública e a economia local. A sonoridade da devastação, capturada no filme, intensifica a sensação de urgência diante da necessidade de ações imediatas.

Assim, ao unir elementos sensoriais e uma análise crítica da crise ambiental, o filme reforça a mensagem de que, para reverter essa tragédia, é fundamental não só fortalecer as ações de fiscalização e repressão, mas também promover uma mudança nas políticas públicas e aumentar a conscientização da sociedade sobre a urgência de proteger os biomas brasileiros.

A atuação da Polícia Federal, como destacada no artigo, tem sido crucial, mas esbarra em obstáculos que exigem soluções urgentes. A combinação de esforços tecnológicos, cooperação interinstitucional e mudanças legislativas eficazes será determinante para enfrentar a crescente ameaça dos incêndios criminosos e garantir a preservação ambiental no Brasil.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando análise documental e fílmica. Utiliza dados de órgãos governamentais, relatórios ambientais e notícias sobre a atuação da Polícia Federal (PF) no combate aos incêndios criminosos em 2024. A partir disso, é realizada uma análise das estratégias adotadas pela PF, como o uso de imagens de satélite e inteligência artificial, para mitigar os impactos das queimadas. Além disso, a pesquisa inclui uma leitura fílmica do documentário "Terra em Cinzas: O Brasil em Chamas em 2024", focando em sua estética, narrativa e sonoridade para compreender a representação da crise ambiental.

A metodologia integra dados quantitativos com uma análise crítica da mídia audiovisual, proporcionando uma visão abrangente do problema e das respostas institucionais.

3 REDUÇÃO DO DESMATAMENTO EM 2025 EM 11,08%

O desmatamento registrou redução de 11,08% na Amazônia e de 11,49% no Cerrado em 2025. Com esse resultado, o governo Lula alcança uma queda acumulada de aproximadamente 50% na taxa de

CINEMÁTICA DAS CHAMAS! UMA LEITURA FÍLMICA DE TERRA EM CINZAS E A CRISE AMBIENTAL NO BRASIL: ESTRATÉGIAS, REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DESAFIOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS

desmatamento da Amazônia em comparação ao patamar verificado em 2022.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a sustentabilidade como um princípio fundamental do Estado brasileiro, dispondo em seu Artigo 225 que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tornar esse preceito uma realidade, é necessário o engajamento coordenado do setor público, por meio de políticas eficazes, e do setor privado, por meio de investimentos e inovações responsáveis. Nesse contexto, a economia verde surge como um modelo estratégico, capaz de transformar os desafios ambientais em motores de crescimento econômico, com foco na inclusão social e na equidade.

Figura 1: Redução do desmatamento em 11,08%.



Fonte: GOV.

Segundo Barros (2017), a abordagem naturalista da educação ambiental, que enfatiza a conscientização sobre problemas ecológicos e a preservação da natureza, tem recebido críticas por seu alcance restrito, frequentemente deixa de abordar dimensões fundamentais como as esferas social, econômica, política, ética e cultural inerentes às questões ambientais. Como consequência, essa perspectiva pode gerar uma visão reducionista dos conflitos socioambientais, uma vez que privilegia os impactos físico-químicos sobre o meio ambiente e negligencia a complexa trama de relações entre sociedade e natureza.

Segundo a perspectiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a transição para esse modelo deve priorizar sistemas produtivos de baixo impacto, nos quais o reaproveitamento de materiais assume um papel central. A integração entre processos de reciclagem e reutilização com a expressão artística, por exemplo, abre possibilidades criativas para a consolidação de uma economia circular. Essa sinergia não apenas impulsiona a regeneração de espaços urbanos, como também cria novas oportunidades de trabalho e contribui para a conservação dos recursos naturais.

4 O CRESCIMENTO DOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS EM 2024: DESDOBRAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL 2024

Primeiramente, vale salientar que os dados recentes de instituições ambientais indicam que 2024 está registrando num dos maiores índices de queimadas da década, a maior parte desses incêndios é atribuída a ações criminosas, frequentemente motivadas por interesses econômicos, como expansão agropecuária ilegal, grilagem de terras e especulação imobiliária.

Figura 2: Investigação Polícia Federal.



Fonte: GOV.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as queimadas no estado de Rondônia tiveram um aumento de 189% nos primeiros 23 dias de julho de 2024, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Porto Velho, a capital do estado, tornou-se a quarta cidade do país com maior área de vegetação consumida pelo fogo no mês.

Contexto e Consequências:

Essa escalada das queimadas, que também atinge severamente biomas como a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado, é atribuída por relatos de comunidades locais e pesquisadores a ações criminosas e premeditadas, muitas vezes em áreas com fiscalização insuficiente.

Os impactos vão muito além da perda de cobertura vegetal, incluindo:

- Perda de Biodiversidade: Dizimação de espécies da flora e da fauna, incluindo algumas ameaçadas de extinção.
- Deslocamento de Comunidades: Populações indígenas e ribeirinhas são forçadas a deixar seus territórios, com graves prejuízos culturais e econômicos.

CINEMÁTICA DAS CHAMAS! UMA LEITURA FÍLMICA DE TERRA EM CINZAS E A CRISE AMBIENTAL NO BRASIL: ESTRATÉGIAS, REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DESAFIOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS

- Agravamento da Crise Climática: As queimadas liberam grandes quantidades de CO₂, intensificando o efeito estufa e o aquecimento global.
- Problemas de Saúde Pública: A fumaça causa sérias doenças respiratórias na população, podendo levar a mortes, principalmente entre crianças e idosos.

Figura 3: Dados focos de queimadas.

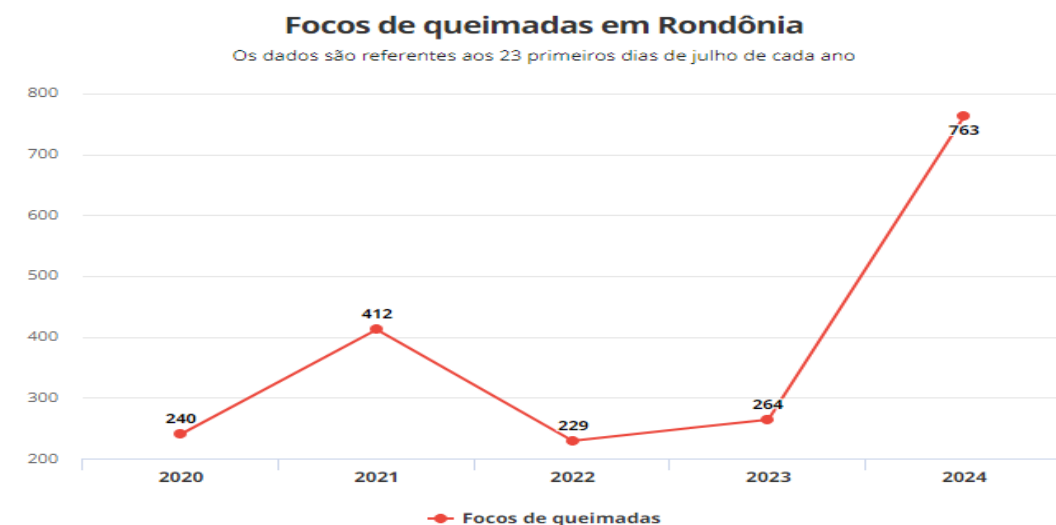


Fumaça cobre céu de Porto Velho — Foto: Gladson Souza/Rede Amazônia

Fonte: G1.

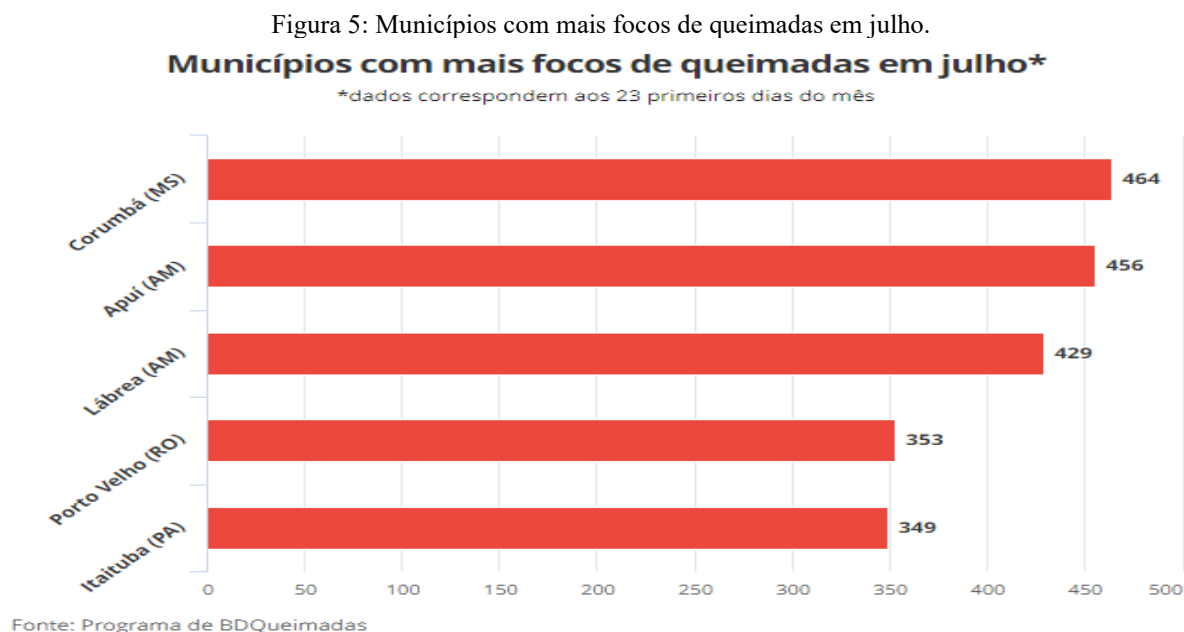
Os focos de queimada em Rondônia dispararam 189% nos primeiros 23 dias de julho, saltando para 763 registros. Os números, fornecidos pelo Inpe através de seu Programa de BD Queimadas, comparam o período com o mesmo intervalo do ano anterior.

Figura 4: Focos de queimadas em Rondônia.



Fonte: G1.

Em um estudo comparativo, julho de 2024 foi o mês com o maior índice de queimadas dos últimos três anos.



Fonte: G1.

4.1 DESAFIOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS

O enfrentamento dessa crise esbarra em diversos desafios

Deficiência na Fiscalização: A escassez de recursos para monitoramento, aliada à falta de investimento em tecnologia e pessoal, dificulta a prevenção e punição dos crimes ambientais.

O desenvolvimento de uma compreensão crítica e integral sobre os desafios ambientais exige que a educação escolar transcenda uma abordagem restrita às ciências naturais, conforme (Barros, 2006), é fundamental que a conscientização ambiental assuma um caráter interdisciplinar, incorporando de forma articulada as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais inerentes à questão socioambiental. Essa perspectiva ampla possibilita aos estudantes uma análise mais complexa e contextualizada da realidade, capacitando-os para uma atuação mais responsável e sustentável em relação ao meio ambiente.

Impunidade e falhas legislativas, apesar da existência de leis ambientais rigorosas, a morosidade no julgamento dos casos e a baixa efetividade das penalidades favorecem a continuidade dos delitos, Setores econômicos que se beneficiam do desmatamento ilegal frequentemente exercem pressão para reduzir a fiscalização. **Mudanças Climáticas:** O aumento da temperatura global e a seca prolongada tornam os biomas mais suscetíveis às queimadas, ampliando o problema.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados e da narrativa do documentário "Terra em Cinzas" revela um cenário paradoxal da crise ambiental brasileira. Por um lado, os dados oficiais de 2025 apontam uma redução significativa no desmatamento, com quedas de 11,08% na Amazônia e 11,49% no Cerrado, consolidando uma trajetória positiva. Por outro, essa aparente conquista é dramaticamente tensionada pela escalada alarmante dos incêndios criminosos, exemplificada pelo aumento de 189% nos focos em Rondônia em julho de 2024. Esta dualidade sugere uma mudança na morfologia da degradação, onde o fogo emerge como um vetor complementar de destruição, instrumentalizado para "limpar" áreas degradadas ou forçar novas fronteiras em regiões de fiscalização deficiente.

Em resposta a essa crise, a atuação da Polícia Federal tem se intensificado, com a instauração de 101 inquéritos e o emprego de tecnologia avançada para rastrear a origem dos incêndios. No entanto, como evidenciado pelo documentário, essa abordagem repressiva enfrenta limites estruturais significativos. A escassez crônica de recursos, a extensão territorial inalcançável e a morosidade da justiça perpetuam um ciclo de impunidade, criando uma assimetria logística onde criminosos ágeis operam em desvantagem frente a uma resposta estatal burocrática e insuficientemente capilar.

Paralelamente, os estados da Amazônia Legal adotaram uma medida emergencial coordenada: a suspensão das autorizações para queima controlada por períodos que variaram de 90 a 180 dias. Embora esta ação conjunta demonstre um avanço na gestão da crise e reconheça os riscos da prática, ela também gera novas tensões socioeconômicas, especialmente para pequenos produtores que dependem tradicionalmente dessa técnica. Esta complexidade expõe a necessidade de ir além da simples proibição, demandando políticas de apoio à transição para alternativas sustentáveis.

Diante desse quadro complexo, fica evidente que soluções puramente repressivas ou regulatórias são insuficientes. A educação ambiental emerge como pilar fundamental para uma transformação estrutural, devendo adotar uma abordagem crítica e interdisciplinar que mobilize tanto o cidadão urbano quanto as comunidades rurais. Vencer a crise exige uma resposta integrada que combine inteligência e repressão qualificada, ordenamento territorial com alternativas econômicas viáveis e um projeto massivo de conscientização. O documentário "Terra em Cinzas" catalisa esta discussão urgente, transformando dados em drama humano e convocando a uma ação imediata e multifacetada.

6 SOLUÇÕES E ALTERNATIVAS PARA O FUTURO

Para conter o avanço dos incêndios criminosos, é necessário um esforço conjunto entre governos, sociedade civil, setor privado e organizações internacionais. Algumas medidas fundamentais incluem:

1. Reforço na Fiscalização: Investimento em tecnologias como satélites, drones e sensores para monitoramento em tempo real.
2. Aperfeiçoamento da Legislação: Aumento das penas para crimes ambientais e agilidade nos processos judiciais.
3. Educação e Conscientização: Campanhas para sensibilizar a população sobre os impactos negativos dos incêndios.
4. Incentivo a Práticas Sustentáveis: Promoção de técnicas agrícolas e de manejo florestal que substituam o uso do fogo.
5. Cooperação Internacional: Parcerias com organizações globais para financiamento de projetos ambientais e intercâmbio de tecnologias.

Para conter o avanço dos incêndios criminosos, o governo de Rondônia implementou medidas enérgicas, articulando-se com os demais estados da Amazônia Legal.

Uma das principais ações foi a suspensão da queima controlada. Conforme esclarecido no site da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) em 2025, a queima controlada é uma técnica tradicional no país, caracterizada pelo uso planejado e monitorado do fogo para fins agrícolas, pastoris ou florestais. No entanto, para evitar que a prática escape do controle e se torne um incêndio florestal, seu emprego requer critérios rigorosos de segurança.

Conforme o Decreto n° 29.428, de 28 de agosto de 2024, o estado suspendeu todas as autorizações para esse tipo de prática por um período de 90 dias. Durante esse prazo, a Sedam não atenderá nenhum novo pedido para uso de fogo controlado em propriedades rurais.

Essa medida integra um esforço conjunto do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, no qual os demais estados que o compõem também adotaram ações energéticas similares para combater as queimadas ilegais e proteger os biomas da região.

Figura 6: Amazônia Legal.



Conforme informações do site do Consórcio da Amazônia Legal, todos os estados da região: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins declararam estado de emergência ambiental e suspenderam a emissão de autorizações para queimadas controladas.

Embora as restrições variem em detalhes de acordo com a realidade local, elas refletem um esforço coordenado dos governos da Amazônia Legal no combate às queimadas e incêndios florestais, visando evitar a degradação ambiental e contribuir para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

As medidas tomadas por cada unidade federativa foram:

Em Roraima, o Decreto nº 35.558-E de 24 de fevereiro de 2024 declarou situação de emergência em municípios afetados pela estiagem, revogando autorizações de queima controlada, contratando brigadistas e perfurando poços artesianos.

O Mato Grosso, por meio do Decreto nº 827 de 18 de abril de 2024, declarou emergência ambiental, estabeleceu o período proibitivo de queimadas e constituiu uma Sala de Situação Central para coordenação.

No Amazonas, o Decreto nº 49.764 de 05 de julho de 2024 proibiu o uso de fogo para limpeza de áreas, especialmente na Região Metropolitana e Sul do estado.

Tocantins suspendeu as autorizações de queima controlada entre 20 de julho e 30 de outubro de 2024 por meio da Portaria nº 125/2024, com poucas exceções.

O Acre, com a Portaria IMAC nº 123 de 24 de julho de 2024, e Rondônia, com o Decreto nº 29.417 de 26 de agosto de 2024, também suspenderam as autorizações, sendo que este último estabeleceu a proibição do uso do fogo por 180 dias em todo o estado.

O Amapá, pela Instrução Normativa nº 02 de 23 de julho de 2024, estabeleceu regras rigorosas para a expedição de autorizações, enquanto o Maranhão, com o Decreto nº 39.283 de 1º de agosto de 2024, proibiu o uso de fogo para limpeza e manejo até 30 de novembro. Por fim, o Pará declarou emergência ambiental e proibiu o uso de fogo em todo seu território com o Decreto nº 4.151 de 27 de agosto de 2024.

Paralelamente a essas ações individuais, os estados têm trabalhado em um Programa de Cooperação Regional para a Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal. Há ainda um forte apelo ao Governo Federal para que fortaleça o diálogo e a cooperação iniciados com os estados em relação à execução do PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) e do PPCerrado.

Os governadores e secretários da região acreditam firmemente que os complexos desafios ambientais, climáticos e sociais atuais só poderão ser superados por meio de uma atuação conjunta e integrada.

Figura 7: Suspensão da queima controlada em Rondônia.



Fonte: Sedam RO.

O Princípio da Conscientização Ambiental fundamenta-se na premissa de que o conhecimento e a educação são ferramentas essenciais para a construção de uma sociedade sustentável, alinhando-se às diretrizes estabelecidas por organismos internacionais. Este princípio entende que a sensibilização e a compreensão sobre as questões ecológicas não são apenas um direito, mas um dever de todos os cidadãos, sendo a Educação Ambiental, conforme preconizado em políticas públicas nacionais, o instrumento central para sua efetivação.

Com base na análise de Fonseca (2020), a implementação da Educação Ambiental no contexto escolar é essencial para a formação integral dos estudantes. Essa abordagem educacional visa ampliar a compreensão dos discentes acerca dos desafios ecológicos, fomentando uma postura crítica frente aos modelos de consumo e incentivando a adoção de hábitos sustentáveis. Por meio da incorporação transversal do tema no currículo, somada a projetos pedagógicos e atividades vivenciais, a escola torna-se um espaço privilegiado para a internalização de valores como o respeito à natureza e a responsabilidade coletiva. Essa prática não só qualifica o processo de aprendizagem, mas também prepara os alunos para uma atuação cidadã mais proativa e comprometida com a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida no planeta.

Por meio da Educação Ambiental, trabalhada em escolas, comunidades e espaços de formação, promove-se uma transformação profunda na relação entre o ser humano e a natureza, como documentado em experiências pedagógicas bem-sucedidas. Segundo a literatura especializada, ela vai além da transmissão de informações, buscando desenvolver valores, atitudes e habilidades práticas que levem à adoção de hábitos responsáveis e à participação ativa na proteção e na recuperação do meio ambiente.

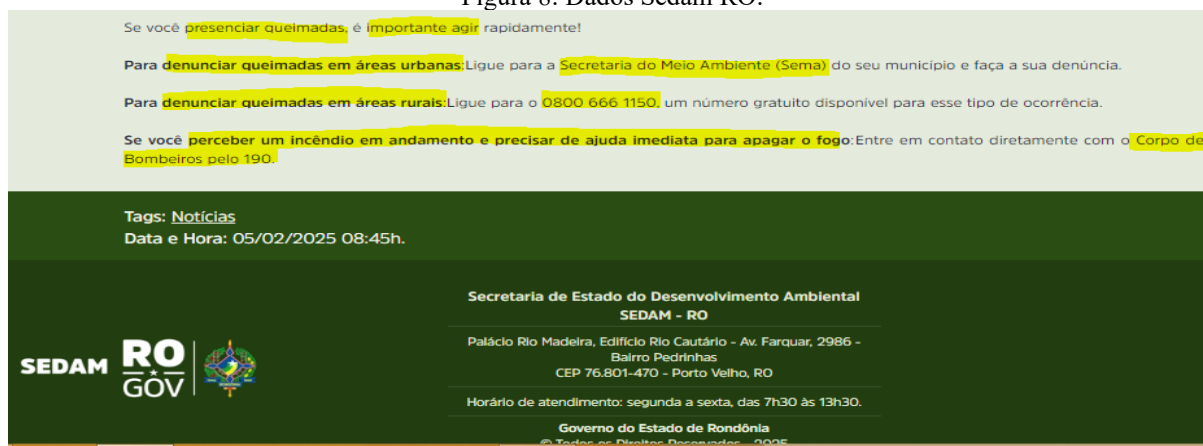
CINEMÁTICA DAS CHAMAS! UMA LEITURA FÍLMICA DE TERRA EM CINZAS E A CRISE AMBIENTAL NO BRASIL: ESTRATÉGIAS, REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DESAFIOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS

Assim, conforme evidenciado por estudos de caso e relatórios institucionais, a educação se consolida como o pilar essencial para formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a preservação da vida em todas as suas formas.

Conforme destacado pela UNESCO (2019), ações que incentivam tanto o cuidado ambiental quanto a inovação coletiva são capazes de modificar contextos sociais, contribuindo para a formação de uma cidadania ativa e voltada para a sustentabilidade.

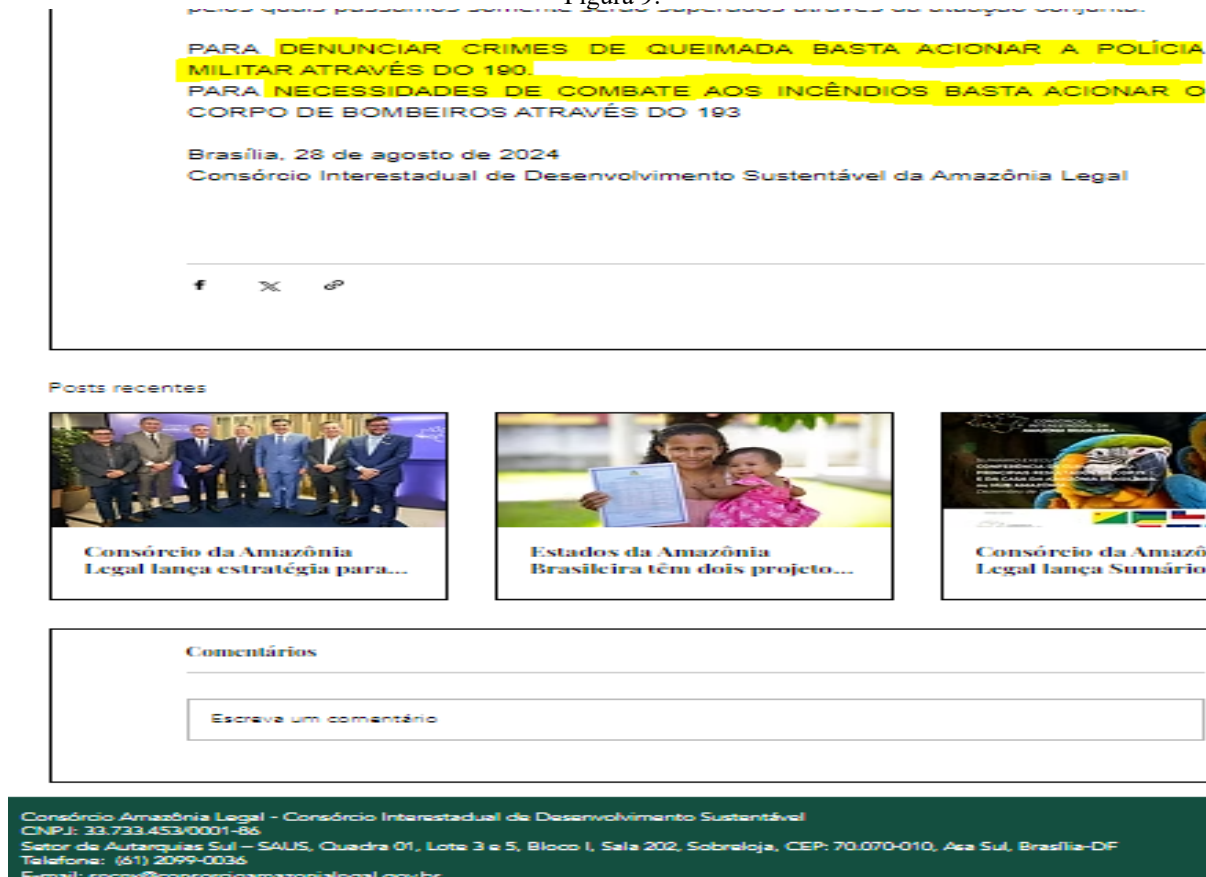
Nesse sentido, a integração entre os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795 de 1999, e a realização de atividades práticas no ambiente escolar promove a articulação de conhecimentos de diversas áreas, tornando o processo educacional mais rico e estimulando novas abordagens pedagógicas.

Figura 8: Dados Sedam RO.



Fonte: Sedam RO.

Figura 9.



Fonte: G1.

Segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam), as medidas educativas esclarecem que o uso do fogo em propriedades localizadas na zona urbana nunca foi permitido no estado. Portanto, conforme orienta a Sedam, a prática de atear fogo em lixo, folhagens, galhos, entulhos ou terrenos baldios é considerada crime ambiental.

A Sedam ressalta que, ao presenciar uma queimada, é fundamental agir com rapidez. Para realizar uma denúncia, a orientação da Secretaria é a seguinte:

- Para queimadas em áreas urbanas: acionar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Sema) da respectiva cidade.
- Para queimadas em áreas rurais: utilizar o número gratuito 0800 666 1150, canal específico para este tipo de ocorrência, conforme divulgado pela Sedam.

Além disso, a Sedam destaca que, em caso de incêndio ativo que demande socorro imediato para o combate às chamas, o contato deve ser feito diretamente com o Corpo de Bombeiros pelo telefone 190.

CINEMÁTICA DAS CHAMAS! UMA LEITURA FÍLMICA DE TERRA EM CINZAS E A CRISE AMBIENTAL NO BRASIL: ESTRATÉGIAS, REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DESAFIOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS

Figura 10: Governo de RO proíbe queimadas.



7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise desenvolvida ao longo do artigo, que integra a leitura fílmica do documentário "Terra em Cinzas: O Brasil em Chamas em 2024" com dados institucionais e a atuação da Polícia Federal, é possível elaborar as seguintes considerações finais.

A cinemática das chamas entendida aqui como o movimento, a propagação e o impacto dinâmico dos incêndios criminosos revela-se não apenas um fenômeno físico, mas um sintoma profundo de conflitos socioambientais e econômicos.

O documentário, com sua abordagem sensorial e narrativa humanizada, expõe de forma visceral como o fogo é instrumentalizado como ferramenta de expansão ilegal, alimentado por interesses que vão da grilagem de terras ao agronegócio predatório. No entanto, a análise apresentada vai além da denúncia e aponta para um cenário paradoxal: enquanto os dados oficiais de 2025 celebram uma redução significativa do desmatamento, os índices de queimadas criminosas disparam, como visto em Rondônia em 2024.

Está aparente contradição sinaliza uma perigosa mutação nas formas de degradação, na qual o fogo assume o papel de vetor complementar de devastação, seja para "limpar" áreas já desmatadas, seja para forçar novas fronteiras em regiões com fiscalização frágil.

A atuação da Polícia Federal, com o uso de tecnologias como satélites e inteligência artificial, representa um avanço necessário no campo da repressão qualificada. Contudo, o estudo evidencia que essa resposta, ainda que crucial, é insuficiente diante da magnitude e da complexidade do problema. Os obstáculos são estruturais: escassez crônica de recursos, extensão territorial continental, morosidade

judicial e uma teia de interesses econômicos que muitas vezes corrompe ou pressiona as estruturas de controle.

A resposta emergencial coordenada pelos estados da Amazônia Legal – a suspensão das autorizações de queima controlada é um exemplo de medida necessária, mas que, isolada, pode gerar novos tensionamentos sociais, especialmente para pequenos produtores rurais que dependem de práticas tradicionais.

Portanto, as considerações finais convergem para a necessidade premente de uma estratégia integrada e multifacetada. Não haverá solução duradoura sem o fortalecimento institucional e a cooperação, que devem aprimorar a capacidade de fiscalização em campo com investimento permanente em pessoal, tecnologia e inteligência, além de intensificar a cooperação entre União, estados, municípios e agências internacionais.

É igualmente imperativa uma justiça ágil e dissuasória, capaz de agilizar os processos judiciais e aplicar penalidades que efetivamente desestimulem o crime, rompendo o ciclo de impunidade que alimenta a repetição das queimadas ilegais.

Paralelamente, é fundamental promover uma transição para uma economia verde inclusiva, com políticas públicas robustas que ofereçam alternativas econômicas viáveis e sustentáveis para as populações locais, substituindo o uso predatório do fogo por técnicas de manejo inovadoras e de baixo impacto, priorizando o modelo de economia circular e a valorização de cadeias produtivas sustentáveis.

Por fim, a Educação Ambiental crítica e emancipatória deve ser consolidada como pilar central de transformação, transcendendo a abordagem naturalista e assumindo um caráter interdisciplinar e crítico, para capacitar cidadãos, tanto urbanos quanto rurais, a compreender as raízes socioeconômicas da crise, exercer controle social e adotar práticas sustentáveis, sendo a escola um espaço privilegiado para a formação de uma consciência ecológica profunda e para a construção de uma nova ética na relação com a natureza.

O documentário "Terra em Cinzas" cumpre, assim, um papel fundamental ao transformar dados estatísticos em experiência sensível e drama humano, não apenas documenta uma tragédia, mas aciona um chamado urgente à ação coletiva. As chamas que consomem os biomas brasileiros são, na verdade, um reflexo do fogo de interesses predatórios. Apagá-las de forma definitiva exigirá mais do que água e aviões; exigirá vontade política firme, justiça social, inovação econômica e um profundo rearranjo na forma como a sociedade brasileira se relaciona com seu patrimônio natural. A proteção dos ecossistemas é, em última análise, condição indispensável para a saúde pública, a estabilidade climática e a própria soberania nacional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, F. C. O. M. de, da Silva, G. F., & RAIZER, C. M. (2017). **As Implicações Pedagógicas de Freinet para a Educação Infantil**: Das Técnicas ao Registro. *Colloquium Humanarum*, 14(2), 51-59. 2017 Recuperado de <http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1336>
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Caminhos da reportagem TV Brasil: Terra em cinzas: queimadas 2024. Direção: TV Brasil. Apresentação disponível no vídeo. Rio de Janeiro: EBC, 2024. 1 vídeo (25min 21s). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://youtu.be/ZPVjxXYjxv0>. Acesso em: 7 Jan., 2025
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Polícia Federal intensifica investigações e ações de repressão contra incêndios criminosos no país. Brasília, DF: SECOM, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/policia-federal-intensifica-investigacoes-e-acoes-de-repressao-contra-incendios-criminosos-no-pais>. Acesso em: 7 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Em 2025, desmatamento tem redução de 11,08% na Amazônia e 11,49% no Cerrado. Brasília, DF, 30 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/em-2025-desmatamento-tem-reducao-de-11-08-na-amazonia-e-11-49-no-cerrado>. Acesso em: 7 dez. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Polícia Federal intensifica investigações e ações de repressão contra incêndios criminosos no país. Brasília, DF, 29 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/policia-federal-intensifica-investigacoes-e-acoes-de-repressao-contra-incendios-criminosos-no-pais>. Acesso em: 3 Abr. 2025.
- CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL. Página inicial. [S. l.], [202-?]. Disponível em: <https://www.consorcioamazonialegal.gov.br/>. Acesso em: 7 dez. 2025.
- FONSECA, Lúcia Helena Araújo. **Reciclagem e Sustentabilidade**: Políticas e Práticas Urbanas. *Revista Brasileira de Sustentabilidade*, 7(4), 200-218 Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/reciclagem.pdf> Governo de Rondônia proíbe uso de fogo.
- G1 RONDÔNIA. 29 ago. 2024. Acesso em: 07 de Dez de 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/08/29/governo-de-rondonia-proibe-uso-de-fogo.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- G1 RONDÔNIA. Fumaça de queimadas encobre céu de Porto Velho. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/08/02/fumaca-de-queimadas-encobre-ceu-de-porto-velho.ghtml>. Acesso em: 7 dez. 2025.
- RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM). Ascom/Suspensão da Queima Controlada em Rondônia. [S. l.], [202-?]. Disponível em: <https://www.sedam.ro.gov.br/post/ascom-suspensao-da-queima-controlada-em-rondonia>. Acesso em: 7 dez. 2025.

PNUMA. **Economia Verde**: Rumo ao Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza. Nova York: ONU, 2011.

Lei 9.795/1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999.

Unidades de conservação destruídas por incêndios criminosos foram alvos de normas de redução e extinção. G1 Rondônia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2024/10/13/unidades-de-conservacao-destruidas-por-incendios-criminosos-foram-alvos-de-normas-de-reducao-e-extincao.ghtml>. Acesso em: 13 out. 2025

UNESCO. **Education for Sustainable Development**: Learning Objectives. Paris: UNESCO, 2019.